



**Diário da Sessão n.º 101 de 18/03/04**

**Presidente:** Passamos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos,  
**Petição pela construção de um porto de passageiros em São Roque do Pico.**

Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso apresentar o relatório da Comissão de Economia.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

**Relatório relativo à Petição “Pela construção de um porto de passageiros em São Roque do Pico”**

A Comissão de Economia reuniu, no dia 5 de Março de 2004, na Delegação da Assembleia Legislativa Regional em Ponta Delgada, com uma ordem de trabalhos de que constava a apreciação da petição “pela construção de um porto de passageiros em São Roque do Pico”.

Apreciada e discutida aquela petição, a Comissão elaborou o seguinte relatório de acordo com o n.º 1 do artigo 191.º do Regimento:

Em Junho de 2003, deu entrada na Assembleia Legislativa Regional, um abaixo-assinado de cerca de mil assinaturas que requeria ao Governo que efectuasse o projecto e iniciasse as obras com vista à construção do Porto de Passageiros na Zona do Cais velho, em São Roque do Pico, em simultâneo com o ordenamento da baía, por forma a aproveitar a capacidade instalada decorrente das obras do Porto Comercial.

Afirmava-se naquele abaixo-assinado que a referida obra é “imprescindível e inadiável” e que “o Porto encontra-se congestionado, prestando um mau serviço”.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

No mesmo sentido dizia-se que se trata “de uma antiga vontade comum do Povo do Concelho de São Roque ” e que estão reunidas as condições de “facilidade e poupança” em face de se encontrarem a decorrer as obras no Porto Comercial.

Remetido aquele abaixo-assinado à Comissão de Economia por despacho do Senhor Presidente da Assembleia, a Comissão procedeu ao seu exame, verificando que cumpria todos os requisitos de admissibilidade para aquele documento poder ser enquadrado nas condições previstas na Lei n.º 15/2003, de 4 de Junho para o exercício do direito de petição.

Aferidos os requisitos legais, a Comissão decidiu proceder às seguintes audições:

1. Junta Autónoma do Porto de São Roque;
2. Presidente da Câmara Municipal de São Roque;
3. Presidente da Junta de Freguesia de São Roque;
4. Signatários;
5. Direcção da AMIP – Associação de Municípios da Ilha do Pico;
6. Secretário Regional da Economia.

Com o intuito de proceder às referidas audições, a Comissão de Economia deslocou-se à ilha do Pico nos dias 1 e 2 de Outubro de 2003.

A primeira entidade a ser ouvida foi a **Junta Autónoma do Porto da Horta**, representada pelo seu Director, Eng. Ângelo Andrade.

O Eng. Ângelo Andrade apresentou as condições da actual estrutura portuária, considerando o responsável a obra de consolidação do molhe do porto comercial como aquela que se afigura prioritária dados os galgamentos que ocorrem actualmente.

As referidas obras consistem na recarga e consolidação do molhe e terão uma duração prevista de 18 meses.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Acrescentou que a actual infraestrutura apresenta muitas dificuldades em termos de operacionalidade por se tratar de um porto muito exposto.

Relativamente à questão do núcleo de passageiros, entende a sua criação como necessária alertando para o facto da solução dever ser convenientemente estudada e planeada.

O Sr. Director afirmou que já foram realizados alguns estudos para as diversas valências contudo levantam alguns problemas pelo facto de, em seu entender, a baía ser muito perversa pela insegurança do mar. Terminou afirmando que os estudos não foram conclusivos.

O Presidente da **Câmara Municipal de São Roque** entende que a recuperação do porto é urgente e deve ser complementada com equipamento para actividade náutica, de pescas e de recreio.

O Presidente da Câmara afirmou, que em face do aumento da actividade náutica, a operacionalidade do porto torna-se muito difícil. No fundo, a infra-estrutura tem problemas de conjugação da actividade comercial com a actividade náutica.

Acrescentou que embora tivesse feito parte da equipa de trabalho que estudou as alternativas não teve acesso às soluções encontradas.

Concluiu referindo que, em seu entender, é essencial retirar os passageiros do Porto Comercial e como tal deve ser dada prioridade ao Porto de Passageiros em detrimento da ampliação do Porto Comercial.

O Presidente da **Junta de Freguesia de São Roque** afirmou que a construção do porto de passageiros é uma obra inevitável para o desenvolvimento de São Roque, entendendo como fundamental o reordenamento da zona ribeirinha do concelho.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Terminou afirmando como prioritária a obra para a zona de passageiros e destacando como essencial o aproveitamento da presença da empresa no local como forma de embaratecer a obra.

Os **signatários** referiram que a construção do Porto de Passageiros é uma ambição de toda a gente ligada ao mar e de todos aqueles que se vêm obrigados a utilizar transportes marítimos.

Afirmaram que a simultaneidade de utilização do cais por passageiros, contentores e náutica é muito difícil.

Entendem que a presença do estaleiro da empresa competente torna muito mais barato o investimento, daí o entendimento de que esta seria a altura mais oportuna.

Concluíram dizendo ter conhecimento de que vários estudos foram feitos e que cabe ao Governo Regional decidir qual a solução mais viável e fiável.

A **Direcção da AMIP** mantém a posição que vem assumindo o próprio Conselho de Ilha e que é coincidente com a do Presidente da Câmara Municipal de São Roque e do Presidente da Junta de Freguesia de São Roque do Pico.

A audição do Senhor Secretário da Economia decorreu a 6 de Fevereiro de 2004, tendo o responsável começado por afirmar que todos estamos empenhados e desejamos a melhoria das condições de operacionalidade do Porto.

O Sr. Secretário entende que a única forma de viabilizar o prolongamento passa pela obra que está agora a decorrer.

Assim sendo, só o aumento do cais acostável estabilizará a bacia interior e permitirá a separação das diferentes valências.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Acrescentou que a separação operacional das diferentes valências passa necessariamente pelo aumento do cais acostável por forma a garantir a estabilidade do espelho líquido.

Em face do exposto, a Comissão de Economia entendeu por maioria o seguinte:

São as obras que se encontram a decorrer, que se consubstanciam na consolidação da infra-estrutura e construção da cabeça monolítica, que permitem o prolongamento do cais acostável e a construção de um segundo posto de acostagem. Por sua vez, o prolongamento, sem o qual nenhuma outra obra poderá ser feita, afigura-se como a obra prioritária, a qual possibilitará a construção dos diferentes núcleos: passageiros, pescas e recreio náutico.

Que a presente petição e respectivo relatório devem ser agendados e apreciados em plenário, em cumprimento do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 191.º do Regimento, visto que é subscrito por mais de trezentos cidadãos.

Angra do Heroísmo, 12 de Março de 2004

**A Relatora,** *Andreia Cardoso da Costa.*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

**O Presidente,** *Dionísio de Sousa.*

**Presidente:** Estão abertas as inscrições para o debate sobre esta Petição.

*(Pausa)*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Estão inscritos os Srs. Deputados Lizuarte Machado, Duarte Freitas e José Decq Mota.

Como sabem, os Srs. Deputados têm 10 minutos para intervir. Podem fazê-lo desde que respeitem os 10 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

**Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

A economia mundial tem vindo a viver um processo de expansão generalizada da economia de mercado por força de maior abertura comercial e desmantelamento das barreiras tarifárias, emergindo novas economias e polarizando-se em torno de "regiões", ao que não é alheia a maior liberdade de circulação de informação, pessoas e capitais.

A internacionalização e globalização dos mercados tem levado à relocalização das indústrias de produção, à produção do mesmo produto, por vezes num só local, para todo o mundo, ao crescimento económico, em paralelo com o aumento das transacções entre parceiros económicos e consequentemente ao crescimento do mercado do transporte de mercadorias.

As dinâmicas económicas globais, indissociáveis das dinâmicas de desenvolvimento colectivo e individual originam novos e complexos desafios para os sistemas de transporte.

Os Açores, região ultraperiférica de um país, Portugal, cada vez mais periférico, com uma pequena economia aberta ao exterior, têm vindo, com grande esforço a desenvolver os factores endógenos que lhe permitam crescer de forma sustentada. A logística e as acessibilidades são vectores fundamentais de sustentação desse desenvolvimento. Muito se tem feito nestas áreas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Toda a cadeia de transporte conduz aos terminais onde as unidades de transporte operam. O desenvolvimento portuário é pois de primordial importância. Face às mudanças permanentes dos parâmetros envolvidos mercados, tecnologia, concorrência, políticas nacionais e comunitárias aos enormes volumes de investimento e de exigência de qualidade e à escassez de recursos, todo o investimento tem de ser profundamente estudado, planeado e ponderado.

Traçar o plano estratégico de desenvolvimento de um porto a curto, médio e longo prazo implica estudar a sua envolvência ao nível do ambiente, da pesca, do turismo, da movimentação de mercadorias e da náutica de recreio. Importa pois saber o que queremos e que tipo de tráfego e de navios vamos ter. São necessárias infra-estruturas de apoio ao transporte que respondam com eficácia, qualidade e rapidez, bem como a definição clara e rigorosa de critérios de racionalidade na utilização dos recursos de que a Região dispõe.

É por demais óbvio o esforço desenvolvido, nos últimos anos, no sentido de dotar a Região de infra-estruturas capazes de responderem com eficácia às solicitações a que possam vir a estar sujeitas. Se, no que diz respeito ao país, a centralidade marítima no Atlântico poderá ser factor de compensação e desenvolvimento certamente que para a nossa Região, ultra-periférica, pouco competitiva, distante dos mercados abastecedores e das auto-estradas marítimas, tal não terá grande peso.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Vem isto a propósito dos inúmeros investimentos levados a cabo em todos os portos da Região os quais têm, por um lado, consolidado as referidas infra-estruturas e, por outro lado, melhorado a sua operacionalidade. O





porto comercial do Pico, estrategicamente bem localizado em São Roque do Pico, não ficou alheio a esta dinâmica de consolidação e desenvolvimento a qual tocou transversalmente em todos os sectores da vida económica açoriana.

Mas, porque factos são factos, repito, factos são factos, convém lembrar que em 1996 o Pico vivia uma situação de degradação e abandono com a sua economia em recessão, parcialmente falida. Nessa época as preocupações com a gestão do dia a dia eram tantas que não havia tempo nem espaço para reivindicações que se situassem para além das necessidades imediatas. Nessa época até o porto comercial era grande. Felizmente, hoje, vivemos outros tempos e por isso mesmo as reivindicações situam-se a outros níveis.

A situação de degradação no porto comercial era de tal ordem que foram necessários levar a cabo estudos profundos e ensaios em modelo reduzido por forma a poder-se elaborar o projecto de recuperação. A obra em curso consta basicamente do seguinte:

Demolição da cabeça do molhe actual com remoção do material que constitui a cabeça tronco-cónica até à cota - 10m (ZH), com substituição por nova cabeça vertical constituída por caixotões pré-fabricados de betão armado assente em plataforma de enrocamentos devidamente regularizada, a criar;

Reforço do enraizamento do molhe com tetrápodes de 160 KN recuperados do tronco do molhe actual;

Reperfilamento do tronco do molhe até à cota - 2 m (ZH) com tetrápodes de 250 KN;

Reforço da protecção aderente ao muro cortina do terrapleno e parque de combustíveis;





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Reparação das anomalias do muro cortina adjacente, incluindo a colmatação de locas, demolição e reconstrução da superestrutura do muro cais, reparação das juntas entre os blocos do cais, reparação das lajes do pavimento e das caleiras técnicas.

Tudo isto num valor global que ascende a mais de oito milhões e setecentos mil euros.

Mas será que esta obra é suficiente para resolver o congestionamento do porto comercial do Pico presentemente? É evidente que não. Entre 1996 e 2003 o número de navios que demandaram o porto cresceu 66,9% passando de 181 para 302, a carga movimentada cresceu 52,9 % passando de 69.800 para 106.733 toneladas, o número de contentores movimentado cresceu 45 % passando de 5.986 para 8.681 sendo que em 2003 o número dois mandatos de governos socialistas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Com todo este movimento, facilmente se percebe que, tendo este porto apenas um posto de acostagem para navios de médio porte está evidentemente congestionado. Trata-se claramente de uma situação em que não estão satisfeitas as necessidades básicas, as quais passam pelo prolongamento e construção de um segundo posto de acostagem para navios de médio porte, obra que se espera ocorra na vigência do quarto quadro comunitário de apoio.

É portanto fundamental construir um segundo posto de acostagem que possibilite a operação, em simultâneo, de dois navios de médio porte. Acresce que este porto não possui espelho líquido que lhe possibilite obras de grande volumetria no seu interior ou no seu eixo de aproximação sem que fique drasticamente reduzida a sua operacionalidade e a segurança dos navios que o demandam. É contudo, também, necessário separar os



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

passageiros da zona de movimentação de mercadorias mas, é tecnicamente possível fazê-lo de forma absolutamente satisfatória ao nível do actual molhe, depois do prolongamento, estabilizando a bacia interior e deixando esta para obras de menor volumetria destinadas à pesca e à náutica de recreio. É e sempre foi esta a nossa posição, é e sempre foi esta a solução que defendemos.

Disse!

*(Aplausos da bancada do PS)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

**(\*) Deputado Duarte Freitas (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Estamos, em termos parlamentares, no culminar dum processo que teve início com uma petição assinada por mais de mil pessoas não só de São Roque do Pico, mas de toda a Ilha, relativamente àquela que é, sem dúvida nenhuma, a alguns anos para cá, a obra mais importante e mais requerida pelos habitantes do Concelho de São Roque e também considerada, consensualmente, como uma das mais importantes da ilha.

Esta obra, segundo as informações que foram recolhidas e já era do conhecimento geral, estava apenas e só dependente duma decisão política.

Por mais que o Sr. Deputado Lizuarte Machado ou qualquer outra pessoa escolha os técnicos para negar esta pretensão, não é possível iludir que qualquer obra que se faça agora poderia e deveria não ter consequências para uma futura ampliação do molhe do porto comercial.

Não vale a pena tentar iludir, porque é claro que hoje em dia todos podemos perceber que se poderia fazer esta obra para passageiros na zona



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

do cais velho, neste momento, porque havia condições para a estudar e ser feita, sem que tivesse qualquer inconveniente quanto a qualquer obra futura no molhe acostável. Isso é óbvio e é isso que se faz em todos os processos.

Aliás, deste relatório da Comissão apenas transparece a posição, nomeadamente do Sr. Deputado Lizuarte Machado que sempre foi contra a obra que as pessoas de São Roque mais querem e a posição do Sr. Secretário Regional da Economia, porque o Director da Junta Autónoma não disse, tecnicamente, que era impossível fazer esta obra.

O Presidente da Câmara, as Juntas de Freguesia, os signatários que conhecem isto melhor do que ninguém e melhor até que o Sr. Deputado Lizuarte Machado, embora seja um especialista da área, e as centenas de pessoas que assinaram esta petição conhecem bem, e ninguém, neste momento, negou a possibilidade de se fazer esta obra na zona do cais velho.

Apenas da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, nomeadamente do Sr. Deputado Lizuarte Machado e do Sr. Secretário Regional da Economia há o alavancar de questões técnicas para fazer com que esta pretensão da população de São Roque do Pico seja negada.

Devo lembrar que podem crescer o molhe do porto comercial e é importante que ele cresça, repito, é importante que ele cresça logo que seja possível e até admito que, se calhar, agora era melhor, mas também percebo que pode não haver condições financeiras para fazer tudo neste momento, até porque, e é bom lembrar, o Sr. Director da Administração Portuária dizia, na reunião que teve connosco, que estimaria, neste momento, que a obra requerida pelas populações poderia custar sensivelmente metade do que custará a eventual ampliação.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

A eventual ampliação é importante, mas não se resolve o problema da confluência de passageiros, recreio náutico, pescas e transporte de mercadorias, porque há uma confluência na zona onde está a actual gare que será sempre dificilmente ultrapassada.

Mas, mais do que isso, é possível e era fácil neste momento, porque a obra está feita por natureza e as pessoas que são de lá é que sabem e conhecem, ou seja, em toda aquela zona do baixio em frente à pesqueira do cais velho, é perfeitamente possível e simples fazer, neste momento, a obra que as pessoas exigem.

Portanto, não há vontade política e não a havendo resta, a quem tem a maioria, alavancar-se em questões técnicas que não fazem sentido, até porque poder-se-ia estudar neste momento as questões técnicas, fazer a obra agora, tendo em conta aquilo que é para fazer no futuro.

Mais:

O Fundo de Coesão aprovou esta obra que está em curso com o apoio de 85%. Já que não era possível avançar-se com a ampliação do molhe, porque eventualmente custaria muito dinheiro, mas face o custo desta obra poderia ter-se incluído tudo neste momento. Não foi essa a decisão política.

Eu nem sequer estou a pôr a questão de ser ou não respeitada. A decisão de não ter avançado com esta obra agora é respeitável, mas é aceitável alavancar essa decisão em questões técnicas.

Se não querem fazer agora a obra na zona do cais velho, como disse o Sr. Deputado Lizuarte Machado, assumam-no politicamente, perante as pessoas de S. Roque e da ilha do Pico.

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** Está assumido desde há muito.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

**O Orador:** O Sr. Deputado Hernâni Jorge, tal como o Sr. Deputado Lizuarte Machado, certamente como o PS do Pico e também o Grupo Parlamentar do Partido Socialista no global, estão contra, e é bom que todos saibam, a obra na zona do cais velho em S. Roque do Pico. Estão agora e sempre contra. Nunca estarão a favor. Querem apenas aumentar o molhe do porto comercial, mas não fazer obras na zona do cais velho.

A decisão é vossa e é com essa decisão que os senhores vão ter que enfrentar as populações de S. Roque e da Ilha do Pico.

Da nossa parte, da parte do PSD, estamos solidários, estamos ao lado destas mais de mil pessoas que subscreveram esta Petição, ao lado das pessoas de S. Roque e da Ilha do Pico que estão a favor desta obra.

Portanto, fica aqui muito claramente definida duas posições: os senhores nem agora, nem nunca vão fazer obras na zona do cais velho em S. Roque do Pico. O PSD, a partir de Outubro, se os açorianos assim quiserem, garante que vai fazer essa obra.

*(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

**(\*) Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional.

Gostava de transmitir algumas opiniões do Grupo Parlamentar do PCP a este respeito.

Evidentemente que ficamos a saber que a futura sociedade de desenvolvimento da ilha do Pico tem mais um trabalho para fazer. A lista vai crescendo.



*(Risos da bancada do PS)*

Desculpe a brincadeira, Sr. Deputado Duarte Freitas.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Não é brincadeira, é sério!

*(Aplausos das bancadas do PSD e PP)*

**O Orador:** Em relação a esta matéria, com o maior rigor possível, que procuramos colocar nas nossas posições e sem nenhuma espécie de paixão, gostava de pôr a posição que temos em relação a esta matéria.

A primeira coisa que me impressionou nesta Petição foi o facto de ser um documento curto, que é perfeitamente respeitável, até porque é assinado por muita gente e basta ver-se as assinaturas para se perceber que é assinado por gente de todos os quadrantes políticos, mas ser uma Petição que estabelece como que uma espécie de conselho técnico, ou seja, não é uma petição para tentar equacionar a questão política duma necessidade que é óbvia, que é a necessidade de se vir a encontrar um terminal de passageiros no porto de S. Roque do Pico.

É evidente que o porto de S. Roque tem ganho importância, é evidente que o porto de S. Roque do Pico, e todos nós temos que desejar isso e congratular-nos com o que já se conseguiu, vai ganhar mais importância.

É evidente que o Porto de S. Roque do Pico é hoje uma estrutura portuária completamente insuficiente, como foi dito, para as necessidades.

Também é evidente que a natureza nos prega ali algumas partidas que torna extremamente difíceis e caras intervenções naquela zona, mas também é evidente que elas têm que ser feitas. Tem que se encontrar as soluções.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

A ilha do Pico não pode ter um porto de mar apenas com um único posto de acostagem para um navio de médio porte. A ilha do Pico e mais concretamente o porto de São Roque do Pico tem de ter um terminal de passageiros.

As necessidades em termos da pesca e do recreio também existem e tem de haver resposta.

Agora, quando vejo um conjunto de cidadãos, no uso do seu pleno direito, dizer que a solução é aproveitar o antigo cais velho, eu não sou técnico e não sei se é ou não, mas faz-me impressão que se defenda a construção de um terminal de passageiros que fique em mar aberto, porque não fica protegido por nenhum molhe de protecção.

**Deputados António Gomes e Hernâni Jorge (PS):** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Isto é voltar atrás, é voltar ao tempo em que o Terra Alta tinha que encostar ali, porque não havia outra solução.

Eu já atraquei lá barcos e estando no cais velho e virando-me para S. Jorge, o molhe do porto do Cais do Pico fica à minha esquerda e o mar aberto fica em frente.

Portanto, fazer um terminal de passageiros em mar aberto, parece-me uma coisa que não é adequada ao momento actual.

Agora, o que é que se tem que fazer? Obviamente tem que se aumentar a bacia do porto artificial de S. Roque, o que é caro, mas é necessário, é indispensável e para isso o molhe tem que crescer, resolvendo o problema dos dois postos de acostagem para navios de médio porte, criando uma bacia que pode ser aproveitada.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Se os passageiros ficarem do lado do porto artificial, o recreio pode então ficar na zona do porto velho, quando ele passar a estar protegido. Eu não vejo qual é a dificuldade.

É evidente que seria muito vantajoso que se fizesse agora a consolidação da cabeça monolítica e prosseguisse, mas admito que haja efectivamente problemas financeiros.

Devo dizer ainda o seguinte:

O objectivo de prolongar o porto de S. Roque não deve ser um objectivo para nenhuma sociedade de desenvolvimento promovida seja por quem for, deve ser, de facto, um objectivo da Região Autónoma dos Açores para o Quadro Comunitário de Apoio seguinte e deve ser um objectivo com alta prioridade, que vai permitir resolver e equacionar uma série de problemas.

É esta a razão fundamental, percebendo perfeitamente a vontade dos cidadãos subscritores, respeitando integralmente a sua iniciativa e louvando o facto de lutarem pela resolução dum problema que é fundamental para o desenvolvimento não só do Cais do Pico, mas de toda a Ilha do Pico,

Este é um problema estratégico, na minha opinião, comparável à importância que tem o aeroporto e que tem todas as outras infra-estruturas.

Reconhecendo tudo isso, penso que o relatório da Comissão não corresponde apenas à posição do Sr. Deputado e Comandante Lizuarte Machado, mas penso que corresponde a uma posição de bom senso. Penso que corresponde a uma posição que é pura evidência que aquele porto tem que crescer e depois de crescer tem que ser dotado de todas as infra-estruturas, nomeadamente no que respeita a passageiros.

Agora, fazer um terminal de passageiros em mar aberto, a meu ver, parece-me que não é defensável neste momento.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Gabinete da Presidência

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(\* **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vou ser rápido, porque o tempo também não me permite ir muito mais além.

Quero dizer, nomeadamente ao Sr. Deputado José Decq Mota, pessoa também com alguma experiência e interessado nestas matérias, que há alguns estudos que resolvem esse problema que o Sr. Deputado José Decq Mota apresentou.

**Deputado Lizuarte Machado (PS):** Não resolvem.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Não é verdade.

**O Orador:** Há estudos que resolvem esse problema que o Sr. Deputado José Decq Mota falou.

Quero também dizer que esses estudos, e é bom que fique aqui registado, uns mais razoáveis outros menos, por alguma razão foram pedidos e nunca esses estudos foram entregues nem aos autarcas, nem aos deputados pelo Sr. Secretário Regional. Porquê esconder esses estudos? Nós sabemos, por várias fontes, que esses estudos resolvem parte dos problemas que o Sr. Deputado José Decq Mota levantou, mas também aqui, pelo facto de negarem sistematicamente a obtenção e a apresentação desses estudos, fica claro que a decisão é política e os senhores do Partido Socialista vão ter que arcar com essa decisão política perante os cidadãos de S. Roque e da Ilha do Pico. Já estão e vão continuar a arcar com a responsabilidade dessa decisão e não o podem negar.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(\* **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Subscrevendo integralmente a intervenção do Sr. Deputado José Decq Mota, respeito a posição das pessoas que têm uma opinião diferente, nomeadamente dos amigos do Sr. Deputado Duarte Freitas que passam por ali todos os dias, que olham para o porto e para a bacia, mas lembro ao Sr. Deputado Duarte Freitas que não é por ir à urgência todos os dias que o doente sabe mais que o médico.

Gostava de lhe dizer que não é verdade que nós tenhamos dito que não queremos obras ao nível do porto velho ou seja do que for, o que nós dissemos é que devemos fazer o prolongamento do cais actual e depois que se façam as obras no interior.

Gostava ainda de lhe dizer também que para já e até ao momento não há estudos que resolvam esse problema, porque enquanto o porto não crescer, conforme disse o Sr. Deputado José Decq Mota, esse problema simplesmente não é resolúvel. Será resolúvel do ponto de vista da execução da obra, mas não ao nível da sua operacionalidade.

Portanto, percebo a boa vontade das pessoas e o voluntarismo em quererem um porto de passageiros. Nós também o queremos, mas a solução não é essa. O caminho a percorrer é outro. O caminho que é tecnicamente sustentável e até mesmo politicamente defensável, por ser realista, é aquele que nós propomos, ou seja, prolongamento, estabilização do espelho líquido do interior e então que se programem as obras a seguir com a volumetria necessárias a que não se inviabilize a operação nem a segurança do porto comercial, nem dos núcleos das diferentes valências que internamente se venham a criar.

Esta é que é a solução, este é que é o caminho e não é por estarmos em vias de campanha eleitoral, que nós vamos prometer aqui o mar e o fundo,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

quando sabemos que, por um lado, não é preciso dá-lo e, por outro, não é possível executá-lo.

Nós não entramos nesse discurso.

**Vozes da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos da bancada do PS)*

**Presidente:** Informo que o Partido Socialista esgotou o seu tempo e o PSD ainda dispõe de três minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(\* **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, Sr. Deputado Lizuarte Machado:

Entre os amigos meus que passam naquela zona estão alguns amigos seus e lembro-me, por exemplo, do candidato do Partido Socialista a Presidente da Assembleia Municipal de S. Roque do Pico, Sr. Guido Teles, que eu respeito muito. É um dos meus amigos, mas também é seu amigo. Lembro-me, por exemplo, do candidato do Partido Socialista a Vice-Presidente da Câmara Municipal de S. Roque do Pico, Sr. Professor Quaresma, meu amigo, mas também seu e que subscreveu esta Petição.

De facto, houve quem não subscrevesse e era candidato do Partido Socialista, porque o senhor talvez tenha dito que era melhor não subscrever, mas, se calhar, está pagando politicamente pelos seus conselhos.

Quero colocar-lhe mais uma questão, que é a seguinte:

Afinal existem esses estudos. Eu tenho informação de que eles existem e tenho noção do que é que eles prevêem, mas o senhor, pelos vistos, conhece-os e eu gostaria de saber por que é que o senhor tem direito de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

conhecer esses estudos e eu, que também sou deputado, embora da oposição, não tenho esse direito, quando já pedi por várias vezes?

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** Por via da conspiração.

**O Orador:** É isto a democracia? É isto a transparência, Sr. Deputado? É esta a transparência que os senhores têm para comigo, que represento o povo do Pico, e para com as mais de mil pessoas que assinaram esta Petição?

Os senhores escondem os estudos para poderem continuar a dizer e alavancar a sua posição política contra aquela obra. Eu acho que isto não é correcto, não é transparente.

Venho mais uma vez vincar que os senhores estão a esconder a questão e estão a alavancar questões técnicas apenas e simplesmente porque não querem fazer aquela obra e também porque já perceberam que agora não têm recuo, mas nós vamos fazê-la, vamos aumentar o porto e com isso todos vão ficar muito mais satisfeitos em S. Roque e na ilha do Pico.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)*

**Presidente:** Srs. Deputado, terminou o debate sobre esta Petição.